

15/7/1986

Brossard: Político tentou mudar depoimentos em Leme

BRASÍLIA — O Ministro da Justiça, Paulo Brossard, afirmou ontem que "um político de alta projeção esteve, durante todo o dia de anteontem (domingo), procurando mudar os depoimentos das testemunhas sobre o que ocorreu em Leme". Brossard não quis revelar o nome do político, mas voltou a dizer que tem a informação de que "os tiros partiram de um Opala azul". A única confirmação feita ontem pelo Ministro foi a de que os políticos, em veículos oficiais, estavam às 6h30m da manhã participando de um piquete de bóias-frias.

Em São Paulo, o Secretário de Segurança Pública, Eduardo Muylaert, informou que recebeu telex do Delegado de Polícia da cidade de Leme, João Batista Dias Costa, acusando o Deputado e candidato do PT ao Governo do Estado, Eduardo Suplicy, "de estar tentando constranger as testemunhas que apontaram a participação de um carro do partido no confronto entre policiais e bóias-frias". O candidato do PT, entretanto, refutou as acusações, afirmando que teve com alguns moradores de Leme "uma conversa amigável", que foi presenciada por vários jornalistas.

Brossard garantiu, porém, que pelo menos em um delito os políticos que estavam em Leme já podem ser Incriminados: o de tentar impedir o acesso ao trabalho daqueles que não queriam fazer greve. "O direito de greve é sagrado, o direito de trabalhar também é", afirmou o Ministro.

Brossard afirmou que não pode ter sido por acaso que os políticos acompanharam uma manifestação de grevistas, às 6h30m da manhã. "Nenhum deles estava voltando de uma serenata", ironizou o Ministro. E acrescentou: "A violência política é incompatível com a democracia".

O Departamento de Polícia Federal, segundo Brossard, vai apenas acompanhar as investigações que estão sendo feitas pela Polícia do Governo de São Paulo. "Caso tenha que entrar em ação, estará suficientemente informada e preparada para tal." Para o Ministro da Justiça, o aspecto mais grave de todo o episódio foi "a participação de pessoas com responsabilidade em um ato de violência aguda".

Sobre a imunidade parlamentar, Brossard afirmou que esta "é apenas para palavras, votos e opiniões de políticos no exercício do mandato". Sabe-se, porém, que atualmente a Câmara dos Deputados pode sustar um processo criminal que já esteja em andamento contra um Deputado. E este somente poderá ser preso se for flagrante delito.

O Secretário de Segurança do Estado de São Paulo, Eduardo Muylaert, conversou ontem de manhã com o Ministro da Justiça, que lhe disse estar pronto para atender a qualquer solicitação que lhe seja feita, caso a polícia paulista necessite de algum auxílio para o andamento das investigações.

Brossard também afirmou que caberá à Justiça determinar se o caso exige ou não a aplicação da Lei de Segurança Nacional.

(Página 5)